

Demonstrações Financeiras

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Quotistas, Conselheiros e Diretores da
CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.
Minas do Leão – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 06 de maio de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

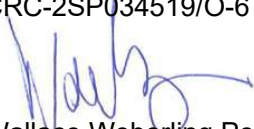


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Wallace Weberling Pereira
Contador CRC-1SP230870/O-9

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Balança Patrimonial

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	2021	2020		Notas explicativas	2021	2020
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	2.296	18.024	Fornecedores	15	17.605	18.637
Contas a receber de clientes	11	57.349	53.920	Empréstimos e financiamentos	17	10.145	6.790
Impostos a recuperar	13	4.013	3.852	Salários, benefícios e encargos sociais	18	5.576	2.888
Dividendos a receber		-	1	Impostos, taxas e contribuições	19	5.414	6.937
Estoques		4.516	2.457	Imposto de renda e contribuição social		2.137	3.292
Outras contas a receber		1.422	1.746	Dividendos a pagar	16	20.182	265
Ativos mantidos para venda	12	1.470	-	Adiantamentos de clientes		3.068	1.313
Total do ativo circulante		71.066	80.000	Outras contas a pagar		8	-
				Total do passivo circulante		64.135	40.122
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Fornecedores	14	6	5
Títulos e valores mobiliários	10	2.722	2.471	Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	258	213
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	27.596	20.354	Empréstimos e financiamentos	17	17.837	24.341
Outras contas a receber		177	177	Passivo fiscal diferido	21	3.962	-
Impostos a recuperar	12	3.891	3.885	Provisões	20	60.317	50.876
Ativo fiscal diferido	21	21.278	13.106	Total do passivo não circulante		82.380	75.435
Depósitos judiciais		99	83				
		55.763	40.076	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
Imobilizado	14	115.961	87.607	Capital social		54.904	41.049
Intangível		103	6	Reservas de lucros		36.981	46.592
		116.064	87.613	Reservas de capital		4.491	4.491
Total do ativo não circulante		171.827	127.689	Ajuste de avaliação patrimonial		2	-
TOTAL DO ATIVO		242.893	207.689	Total do patrimônio líquido		96.378	92.132
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		242.893	207.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.
 Demonstração do resultado
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	174.589	161.329
Custo dos serviços prestados	25	(117.500)	(97.384)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		57.089	63.945
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas comerciais	26	(605)	(20)
Despesas administrativas	27	(7.308)	(6.577)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(3.208)	(1.391)
Resultado de equivalência patrimonial		-	(1)
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(11.121)	(7.989)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		45.968	55.956
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	29	2.250	2.332
Despesas financeiras	29	(5.250)	(3.479)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(3.000)	(1.147)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		42.968	54.809
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	21	(19.370)	(21.790)
Diferido	21	4.210	4.399
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		27.808	37.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	27.808	37.418
Ganho na remensuração do passivo de benefício definido	2	-
Total do Resultado abrangente	<u>27.810</u>	<u>37.418</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	45.552	3.603	27.653	4.491	-	-	81.299
Redução do capital social	(11.758)	-	-	-	-	-	(11.758)
Incorporação da Biogás Riograndense Ltda.	7.255	-	-	-	-	-	7.255
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.418	37.418
Reserva de lucros	-	-	37.418	-	-	(37.418)	-
Dividendos proposto	-	-	(34.805)	-	-	-	(34.805)
Reversão de Dividendos distribuídos 2019	-	-	14.587	-	-	-	14.587
Outros	-	-	(1.864)	-	-	-	(1.864)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	41.049	3.603	42.989	4.491	-	-	92.132
Aumento do capital social	13.855	-	-	-	-	-	13.855
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.808	27.808
Reserva de lucros	-	-	27.808	-	-	(27.808)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(37.418)	-	-	-	(37.418)
Ganho na remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	2	-	2
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	54.904	3.603	33.378	4.491	2	-	96.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.
Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	27.808	37.418
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	12.044	13.361
Baixa de imobilizado e intangível	515	(3)
Equivalência patrimonial	-	1
Encargos financeiros sobre financiamentos e mútuos captados	4.518	2.982
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(1.615)	(1.684)
Provisão para urbanização de aterros	9.304	6.996
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	358	(561)
Provisão para contingências	277	374
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.160	17.391
Aumento / Redução nos ativos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários	(251)	(34)
Contas a receber	(3.055)	9.483
Partes relacionadas	(732)	(603)
Impostos a recuperar	(167)	(1.517)
Estoques	(2.059)	(1.730)
Dividendos recebidos	1	-
Outros créditos	324	801
Depósitos judiciais	31	60
Adiantamento a fornecedores	-	447
Ativo não circulante mantido para venda	(1.470)	-
Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.681)	12.450
Partes relacionadas	447	741
Salários, provisões e encargos sociais	2.644	54
Impostos, taxas e contribuições	(1.638)	923
Pagamento de contingências	(187)	(95)
Adiantamento de clientes	1.755	897
Outras contas a pagar	13.862	(8)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	76.193	98.144
Impostos pagos sobre o lucro	(20.524)	(21.527)
Financiamentos - juros pagos	(4.337)	(3.542)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	51.332	73.075
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Mútuos ativos - aplicação	(5.979)	(15.798)
Mútuos ativos - recebimento principal	716	3.723
Aquisições de imobilizado	(40.911)	(24.603)
Adição de intangível	(99)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(46.273)	(36.678)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos - captação	3.485	8.000
Financiamentos - pagamento principal	(6.770)	(4.339)
Dividendos pagos	(17.502)	(34.531)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(20.787)	(30.870)
AUMENTO / REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(15.728)	5.527
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	18.024	12.497
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.296	18.024
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(15.728)	5.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. (“CRVR” ou “Empresa”) opera no Estado do Rio Grande do Sul com foco na área de destinação final e valorização de resíduos. A Empresa está sediada na BR 290, Km 181, s/nº, no município de Minas do Leão.

As atividades são desenvolvidas exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul por meio de 5 centrais de tratamento e valorização de resíduos, localizadas nos municípios de Giruá, Minas do Leão, Santa Maria, São Leopoldo e Victor Graef, além de um transbordo localizado no município de Tramandaí.

Nessas centrais estão localizados os aterros sanitários, centro de triagem e centro de compostagem, tratamentos de líquidos e queima de gás, utilizados pela Empresa no desenvolvimento de suas atividades.

Os aterros sanitários são de propriedade da Empresa. A sua exploração ocorre por meio de licença de operação emitida pela Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo o recebimento de resíduo na região do aterro sanitário. A licença operacional é renovada em média a cada dois anos. A licença operacional para cada aterro sanitário da Empresa possui vigência em 2023 e 2024. Antes de expirar o prazo, a Empresa inicia novamente o trâmite de renovação da licença operacional.

1.1 Efeitos do COVID-19

Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Empresa avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Empresa. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de junho de 2022. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nota explicativa nº13 – Imobilizado** – estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº11 – Contas a receber de clientes** – apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.
- **Nota explicativa nº13 – Imobilizado** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa nº20 – Provisões** - reconhecimento e mensuração de provisão para fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para recuperação do sistema operacional do aterro e para riscos cíveis, trabalhista e fiscal: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº21 – Ativo fiscal diferido** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias;

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Empresa.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes:

- (a) Receita de contrato com cliente
- (b) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (c) Benefícios a empregados
- (d) Imposto de renda e contribuição social
- (e) Estoques
- (f) Ativo imobilizado
- (g) Instrumentos financeiros
- (h) Redução ao valor recuperável (Impairment)
- (i) Provisões
- (j) Ativos não circulantes mantidos para venda

a. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Destinação final de resíduos – Aterro

As receitas provenientes da prestação dos serviços de destinação final de resíduos são decorrentes de: tratamento do resíduo recepcionado, classificação do resíduo e destinação final do resíduo em aterro. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Destinação final de resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de destinação final, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos depositados.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros de mútuos e juros obtidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre contratos de mútuos, juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos e despesas bancárias.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

• Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Participação nos lucros**

A Empresa reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

- d. **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

- **Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

- e. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado da prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a prestação de serviço.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Imobilizado

(i) Reconhecimentos e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A Empresa deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em suas demonstrações financeiras.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(vi) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

h. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

a. Ativos financeiros não-derivativos

A Empresa determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades.

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, A Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, A Empresa determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Empresa.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual A Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que A Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, A Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando A Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação a clientes, A Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 25,56% em 2021 (9,54% em 2020); e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro

A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m³ do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

j. Ativos não circulantes mantidos para venda

A Empresa classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Empresa está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

7 Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro) A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma não se aplica à Empresa.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”.

As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

8 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital da Empresa.

As atividades da Empresa o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da Empresa tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Empresa não operou instrumentos financeiros derivativos.

(i) Risco de Mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Empresa são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre, substancialmente, de empréstimos e de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Empresa realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2021	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	2.296	CDI	2.296	2.349	2.402	(2.349)	(2.402)
Empréstimos e financiamentos	27.982	16,01%	27.982	29.102	30.222	(29.102)	(30.222)
Títulos e valores mobiliários	2.722	CDI	2.722	2.785	2.848	(2.785)	(2.848)
Efeito no resultado			33.000	1.236	2.472	(1.236)	(2.472)

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2020	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Empréstimos e financiamentos	31.131	6,60%	31.131	31.233	31.336	31.029	30.926
Efeito no resultado			31.131	102	205	(102)	(205)

Este risco surge da possibilidade que a Empresa pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Empresa monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas.

(ii) Risco de realização de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

Para mitigar o risco de possibilidade da Empresa ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Empresa adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato de concessão. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Empresa avalia as condições pré-existentes no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco de crédito seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Empresa limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes. Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	10	2.296	18.024
Títulos e valores mobiliários		2.722	2.471
Contas a receber	11	57.350	53.920
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	27.596	20.354
Outras contas a receber		1.599	1.923
Dividendos a receber		-	1
		91.563	96.693

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Empresa depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a CRVR disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos da Empresa, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	13.469	9.334	12.357	-	35.160	27.982
Fornecedores	17.605	6	-	-	17.611	17.611
Outras contas a pagar	8	-	-	-	8	8
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	258	-	-	258	258
Dividendos a pagar	20.182	-	-	-	20.182	20.182
	51.264	9.598	12.357	-	73.219	66.041

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	11.235	10.011	20.887	-	42.133	31.131
Fornecedores	18.642	-	-	-	18.642	18.642
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	213	-	-	213	213
Dividendos a pagar	265	-	-	-	265	265
	30.142	10.224	20.887	-	61.253	50.251

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

b. Gerenciamento de capital

Os objetivos da Empresa durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Empresa, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de lucros, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Empresa adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulantes e não circulantes, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Total do passivo circulante e não circulante	157.638	115.557
(-) caixa e equivalentes de caixa	(2.296)	(18.024)
(-) aplicação financeira	(2.722)	(2.471)
Dívida líquida	152.620	95.062
Patrimônio líquido	85.255	92.132
Índice de alavancagem	1,79	1,03

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2021		2020	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	2.296	2.296	18.024	18.024
Aplicação financeira	Nível 2	Custo amortizado	2.722	2.722	2.471	2.471
Contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	57.349	57.350	53.920	53.920
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	1.599	1.598	1.923	1.923
Mútuos a receber de partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	27.596	27.596	20.354	20.354
Total			91.562	91.562	96.692	96.692
Passivos financeiros:						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Nível 2	Custo amortizado	31.305	31.305	265	265
Fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	17.611	17.611	18.642	18.642
Mútuo a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	258	258	213	213
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	27.982	27.982	31.131	31.131
Outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	8	8	-	-
Total			77.164	77.164	50.251	50.251

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

9 Aspectos ambientais

As operações da Empresa estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Empresa realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 18b.

As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro da Empresa são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 18c.

A Empresa não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10 Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários

10.1 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	41	43
Bancos	819	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.436	17.981
	<u>2.296</u>	<u>18.024</u>

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI em 80% em 2021 (80,36% em 2020), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº8.

10.2 Títulos e valores mobiliários

O montante de R\$2.722 (R\$2.471 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a aplicações financeiras exigidas como garantia do contrato de financiamento junto ao BNDES (vide nota explicativa 17). Dessa maneira, não atende ao critério de reconhecimento de caixa e equivalente de caixa, sendo considerada uma aplicação financeira de longo prazo.

11 Contas a receber de clientes

São compostas como segue:

	Nota explicativa	2021	2020
Cientes públicos:			
Valores faturados		25.926	22.468
Medições a faturar		14.599	11.974
		40.525	34.442
Cientes privados:			
Valores faturados		10.141	15.489
Medições a faturar		2.963	3.600
		13.104	19.089
Perdas de crédito esperada		(795)	(437)
Créditos de Carbono		2.958	-
Partes relacionadas	20	1.558	826
Total		57.349	53.920

A exposição ao risco de crédito da Empresa está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para perdas de crédito esperada.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	2021	2020
Valores a vencer	24.327	16.411
<i>Vencidos:</i>		
Até 30 dias	9.635	8.897
Entre 31 e 60 dias	2.345	3.181
Entre 61 e 90 dias	840	2.322
Entre 91 e 180 dias	1.120	1.975
Entre 181 e 360 dias	2.599	8.320
Acima de 360 dias	17.279	13.251
PECLD	(795)	(437)
	57.349	53.920

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Embora os saldos vencidos a mais de 180 dias se refiram a clientes públicos, a Empresa não possui histórico de perdas para esse tipo de cliente, tendo em vista o êxito no recebimento dos títulos, demonstrando que mesmo que a Empresa tenha histórico de atrasos de tais clientes, ainda assim os recebimentos são recuperáveis. Para os clientes públicos vencidos a contabilidade informa os créditos abertos mensalmente, porém, as ações judiciais de cobranças são iniciadas, se for o caso, após a avaliação da diretoria financeira e de operações de negócios.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada em 2021 e 2020 é apresentada como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	(437)	(998)
Provisão do exercício	(358)	(196)
Reversão do exercício	-	757
Saldo final	<u>(795)</u>	<u>(437)</u>

12 Ativos não circulantes mantidos para venda

Refere-se a imóvel rural localizado no Município de Pelotas – RS, originalmente adquirido para fins do desenvolvimento de projeto que não se viabilizou, anteriormente registrado no ativo imobilizado por R\$1.470. O Imóvel foi objeto de um Contrato de Promessa de Compra e Venda a um terceiro, tendo a empresa recebido adiantamento de 50% do valor da venda. Aguarda-se a conclusão dos trâmites burocráticos, para conclusão da transação e transferência da propriedade.

13 Imposto a recuperar

São compostas como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IRPJ	316	49
CSLL	14	-
COFINS	1.648	1.095
Pis	334	345
INSS	5.592	6.248
	<u>7.904</u>	<u>7.737</u>
Circulante	4.013	3.852
Não circulante	3.891	3.885

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Imobilizado

O ativo imobilizado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	2021			2020
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
<i>Centrais de tratamento de resíduos - aterros:</i>					
Aterro e infra em aterros	(*)	108.268	(72.863)	35.405	38.710
Terrenos, edificações e construção civil	4% (**)	32.949	(657)	32.292	13.429
Benfeitorias em bens de terceiros	12%	563	(465)	98	121
Máquinas e equipamentos	10%	22.702	(10.538)	12.164	11.875
Móveis e utensílios	10%	838	(418)	420	298
Equipamentos de informática	20%	754	(500)	254	157
Veículos e equipamentos	20%	520	(107)	413	-
Imobilizado em andamento		34.915	-	34.915	23.017
		201.509	(85.548)	115.961	87.607

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada.

(**) Terrenos não são depreciados.

As mutações do imobilizado em 2021 e 2020, estão demonstradas conforme seguem:

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2021 e 2020, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável. Portanto, não houve a necessidade de realizar teste de impairment e nenhum valor sobre perda ao valor recuperável foi reconhecido.

Custo do Imobilizado	Saldo 2020	Adiçã o	Baix a	Transferênci a	Custo de Fechament o	Reorganizaçã o societária	Saldo 2021
<i>Centrais de tratamento de resíduos - aterros:</i>							
	102.28						108.26
Aterro e infra em aterros	0	1.800	-	4.188	-	-	8
Terrenos, edificações e construção civil	13.607	8.195	-	11.147	-	-	32.949
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	20.298	2.118	-	286	-	-	22.702
Móveis e utensílios	656	182	-	-	-	-	838
Equipamentos de informática	599	155	-	-	-	-	754
Veículos e equipamentos	93	427	-	-	-	-	520
Imobilizado em andamento	23.017	28.034	(515)	(15.621)	-	-	34.915
	161.11						201.50
Total	3	40.911	(515)	-	-	-	9

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação	Saldo 2020	Depreciação	Baixa	Transferência	Custo de Fechamento	Reorganização societária	Saldo 2021
<i>Centrais de tratamento de resíduos - aterros:</i>							
	(63.570)						(72.863)
Aterro e infra em aterros)	(9.293)	-	-	-	-)
Edificações e construção civil	(178)	(479)	-	-	-	-	(657)
Benfeitorias em bens de terceiros	(442)	(23)	-	-	-	-	(465)
							(10.538)
Máquinas e equipamentos	(8.423)	(2.115)	-	-	-	-)
Móveis e utensílios	(358)	(60)	-	-	-	-	(418)
Equipamentos de informática	(442)	(58)	-	-	-	-	(500)
Veículos e equipamentos	(93)	(14)	-	-	-	-	(107)
Total	(73.506)	(12.042)	-	-	-	-	(85.548)
Total Líquido	87.607	28.869	(515)	-	-	-	115.961

Custo do Imobilizado	Saldo 2019	Adição	Baixa	Transferência	Custo de Fechamento	Reorganização societária	Saldo 2020
<i>Centrais de tratamento de resíduos - aterros:</i>							
			(528)				102.280
Aterro e infra em aterros	73.028	5.767)	17.017	6.996	-	0
Terrenos, edificações e construção civil	4.014	1.273	-	8.320	-	-	13.607
Benfeitorias em bens de terceiros	553	-	-	-	-	10	563
Máquinas e equipamentos	10.616	3.656	-	-	-	6.026	20.298
Móveis e utensílios	555	73	-	-	-	28	656
Equipamentos de informática	508	77	-	-	-	14	599
Veículos e equipamentos	94	-	(1)	-	-	-	93
Imobilizado em andamento	30.922	14.067	492	(25.337)	-	2.873	23.017
Total	120.290	24.913	(37)	-	6.996	8.951	161.113

Depreciação	Saldo 2019	Depreciação	Baixa	Transferência	Custo de Fechamento	Reorganização societária	Saldo 2020
<i>Centrais de tratamento de resíduos - aterros:</i>							
	(45.686)						(63.570)
Aterro e infra em aterros)	(10.928)	40	-	(6.996)	-)
Edificações e construção civil	(16)	(162)	-	-	-	-	(178)
Benfeitorias em bens de terceiros	(402)	(33)	-	-	-	(7)	(442)
Máquinas e equipamentos	(4.496)	(2.141)	-	-	-	(1.786)	(8.423)
Móveis e utensílios	(295)	(53)	-	-	-	(10)	(358)
Equipamentos de informática	(400)	(40)	-	-	-	(2)	(442)
Veículos e equipamentos	(92)	(1)	-	-	-	-	(93)
Total	(51.387)	(13.358)	40	-	(6.996)	(1.805)	(73.506)
Total Líquido	68.903	11.555	3	-	-	7.146	87.607

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Fornecedores

São compostas como segue:

	Nota explicativa	2021	2020
Fornecedores	14	16.413	17.891
Partes relacionadas	20	1.198	751
		17.611	18.642
Circulante		17.605	18.637
Não Circulante		6	5
Total		17.611	18.642

16 Dividendos a Pagar

São compostos como segue:

31 de dezembro de 2020	265
Distribuição de Dividendos - ref. exercício 2020	37.418
Pagamento de Dividendos – 2021	(17.502)
31 de dezembro de 2021	20.182

17 Empréstimos e financiamentos

As obrigações de financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2021	2020
BNDES	TLP-IPCA 5,71% a.a.	jul/25	24.484	31.131
CDC	CDI ACT 3,8%	Nov/2024	491	-
Capital de Giro	CDI ACT 3,9%	Fev/2022	3.007	-
			27.982	31.131
Circulante			10.145	6.790
Não circulante			17.837	24.341
			27.982	31.131

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao longo de 2021 e 2020, o endividamento da Empresa apresentou as seguintes mutações:

	Saldo Inicial 31/12/2020	Captação	Juros	Pgto. Juros	Pagamento Principal	Saldo Final 31/12/2021
BNDES	31.131	-	4.405	(4.281)	(6.771)	24.484
CDC	-	485	5	-	-	490
Capital de Giro	-	3.000	62	(55)	-	3.007
	31.131	3.485	4.472	(4.336)	(6.771)	27.982

	Saldo Inicial 31/12/2019	Captação	Juros	Pgto. Juros	Pagamento Principal	Saldo Final 31/12/2020
BNDES	28.078	8.000	2.934	(3.542)	(4.339)	31.131
	28.078	8.000	2.934	(3.542)	(4.339)	31.131

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2021	2020
2022	-	6.659
2023	6.947	6.659
2024	6.940	6.659
2025	3.950	4.364
	17.837	24.341

Cláusulas Contratuais (Covenants)

Em março de 2017, a Empresa contratou empréstimo junto ao BNDES, o montante de R\$14.845, tendo seu primeiro vencimento para março de 2020. Em dezembro de 2018 a Empresa contratou junto ao BNDES no empréstimo no montante de R\$34.027 com vencimento em julho de 2025. Ambas as captações foram necessárias para realização de projetos de investimentos em tecnologia e ampliação das Unidades Operacionais afim de garantir a melhoria contínua dos processos.

O contrato firmado com o BNDES contém *covenants* que estabelecem requisitos financeiros no qual deverão ser cumpridos.

Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento.

O índice estabelecido pelo BNDES a ser apurado pela Empresa é o ICSD, conforme abaixo:

Índice	Meta	Metodologia
Índices de Cobertura de Serviço de Dívida - ICSD	≥1,3	EBITDA Serviço da Dívida

O contrato possui *covenants* financeiros que deverão ser garantidos pela interveniente garantidora e fiadora Solví Participações S.A., conforme abaixo:

Empresa	Índice	Meta
Solví Participações S.A.	Dívida total líquida / Ebitda	< 3,5
	Dívida total / Ativo total	< 0,5

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As cláusulas firmadas no contrato de financiamento são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade da Empresa de conduzir seus negócios até o momento.

18 Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como seguem:

	2021	2020
Salários	473	391
Encargos trabalhistas	2.151	550
Férias	1.243	1.046
Participação nos resultados	1.430	901
Outros	279	-
	5.576	2.888

19 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como seguem:

	2021	2020
ISS	1.260	-
PIS	654	825
Cofins	2.907	3.478
ICMS	40	-
IRRF	157	137
Pis/Cofins/CSLL	144	198
INSS Retido	198	2.247
Outros	54	52
	5.414	6.937

20 Provisões

São compostos como seguem:

	2021	2020
Provisões para riscos cíveis, trabalhista e fiscal (a)	720	583
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	56.024	47.014
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	3.573	3.279
	60.317	50.876

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal

São compostas como seguem:

	Trabalhista	Cível	Honorários	Total
Saldo 31/12/2019	236	10	54	300
Compensação de depósitos judiciais - 2019	51	-	-	51
Adições	378	1	-	379
Reversões	(5)	-	-	(5)
Pagamento	(95)	-	-	(95)
Total sem compensação judicial	565	11	54	630
Depósitos judiciais	(47)	-	-	(47)
Saldo 31/12/2020	518	11	54	583
Compensação de depósitos judiciais - 2020	47	-	-	47
Adições	137	-	-	137
Pagamento	(36)	(11)	-	(47)
Total sem compensação judicial	666	-	54	720
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Saldo 31/12/2021	666	-	54	720

A Empresa possui processos judiciais em andamento, em diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista e honorários inerentes a tais processos. Para esses processos, a Empresa apresentou defesa administrativa ou judicial. A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável na maior parte dos processos. Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para riscos cíveis, trabalhista e fiscal da Empresa cuja chance de perda foi classificada como possível totalizam R\$10.788 (R\$10.816 em 2020).

b. Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o sítio está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um sítio ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semipermeável ou impermeável), uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infraestrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado etc.).
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o sítio estava em operação e que não são mais necessárias.
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado.
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro.
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque etc.).
- Custos de tratamento de percolado.
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por sítio (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do sítio e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 9,54% ao ano (9,54% em 2020) que reflete o custo de capital da Empresa.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão:

	2021	2020
Saldo inicial	47.014	41.043
Constituição de provisão	10.398	6.254
Reversão da provisão	(1.387)	(283)
Saldo final	56.024	47.014

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	3.279	2.254
Constituição de provisão	294	1.025
Saldo final	3.573	3.279

A provisão constituída tem como base o tratamento de chorume armazenado no empreendimento em 31 de dezembro de 2021. O custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, tais como de osmose reversa e/ou em instalações de terceiros licenciados. A opção pelo tipo de tratamento de chorume será definida pela Empresa com a aprovação dos órgãos reguladores.

21 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, como seguem:

	2021	2020
Diferenças temporárias:		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(11.654)	(13.666)
Provisão para contingências	666	583
Provisão para participação nos resultados	1.462	901
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	795	437
Provisão para fechamento de aterro	56.024	47.014
Provisão para transporte de chorume	3.573	3.279
Outros	65	-
Total	50.931	38.548
Alíquotas - 34%	34	34
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	17.316	13.106
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	21.278	17.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(3.962)	(4.673)

Em 31 de dezembro de 2021, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.968	54.809
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	<u>(14.609)</u>	<u>(18.635)</u>
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Brindes/multas indedutíveis	(119)	(9)
Bônus/patrocínios	-	(22)
Ganho por compra vantajosa	(2)	-
Atualização Monetária	74	-
Ajuste de inventário	(1)	-
Prescrição de crédito tributário	(659)	-
Outras diferenças permanentes	156	1.665
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>(15.160)</u>	<u>(17.001)</u>
Corrente	(19.370)	(21.790)
Diferido	4.210	4.399
Taxa Efetiva	35,3%	31,0%

22 Partes relacionadas**Remuneração de pessoal-chave da Administração**

A Empresa pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$1.355 em 31 de dezembro de 2021 (R\$901 em 2020).

Outras transações com partes relacionadas

Seguem os saldos e as transações que a Empresa efetuou com partes relacionadas em 31 dezembro de 2021 e de 2020:

	<u>Saldo de</u> <u>contas a receber</u>		<u>Saldo de</u> <u>contas a pagar</u>		<u>Receitas</u> <u>(despesas)</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empresa						
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solví Participações S.A.	-	-	210	110	(1.695)	(1.208)
SL Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A	-	2	-	-	-	-
Biogás Riograndense Ltda.	-	76	-	-	-	-
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	18	-	-	-	-
Revita Engenharia S.A.	1	73	444	8	(5.582)	(5.438)
Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	29	29	-	-	-	-
Biotérmica Energia S.A.	1.402	564	464	484	1.025	-
Ecototal Sistemas de Gestão LTDA	15	-	-	-	-	-
Companhia Riograndense Valorização Resíduos	76	-	-	-	-	-
Outros	35	64	80	149	(22)	-
	<u>1.558</u>	<u>826</u>	<u>1.198</u>	<u>751</u>	<u>(6.275)</u>	<u>(6.646)</u>
Contratos de Mútuo:						
Revita Engenharia S.A.	-	-	258	199	(45)	(48)
Riograndense Participações S.A.	22.346	20.169	-	34	1.541	1.663
Biotérmica Energia S.A.	5.250	185	-	(20)	74	21
	<u>27.596</u>	<u>20.354</u>	<u>258</u>	<u>213</u>	<u>1.570</u>	<u>1.636</u>
Total	<u>29.154</u>	<u>21.180</u>	<u>1.456</u>	<u>964</u>	<u>(4.704)</u>	<u>(5.010)</u>
Circulante	1.558	826	1.198	751	-	-
Não circulante	27.596	20.354	258	213	-	-
Total	<u>29.154</u>	<u>21.180</u>	<u>1.456</u>	<u>964</u>	<u>(4.704)</u>	<u>(5.010)</u>

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nenhum dos saldos possui garantias. As transações de partes relacionadas com a Revita são relativas à prestação de serviço de gestão técnica e consultoria.

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das Empresas, cujos preços e condições comerciais são semelhantes as condições de mercado.

Mútuos

Os contratos de mútuos a receber estão atrelados a uma taxa de juros de 3% a.a. e de 120% a 140% do CDI, com vencimento de Dezembro/2022, podendo ser prorrogado.

Movimentação dos mútuos ativos

	Controladora	
	2021	2020
Saldo inicial	20.353	18.353
Aplicação	5.979	15.797
Juros	1.615	1.773
Recebimento de juros	-	(70)
Recebimento do principal	(716)	(3.922)
Encargos	115	180
Movimentos relacionados a capital	250	(11.758)
Saldo final	27.596	20.353

Movimentação dos mútuos passivo

	Controladora	
	2021	2020
Saldo inicial	213	165
Juros	45	48
Saldo final	258	213

23 Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 30 de setembro de 2020 conforme AGE, os sócios deliberaram a incorporação da empresa Biogás Riograndense Ltda. pela Empresa – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda., resultado em um aumento de capital de R\$ 7.254, passando de R\$45.552 para o montante de R\$52.806.

Em 11 de dezembro de 2020, por meio da AGE a controladora Riograndense Participações S.A. optou pela redução de capital social na Empresa no montante total de R\$11.758 passando de R\$52.806 para o montante de R\$41.049. O capital está subscrito e integralizado e representado por 41.048.865 quotas nominativas sem valor nominal, perfazendo o total de R\$41.049.

Em 31 de dezembro de 2021, a controladora optou pelo aumento de capital social na Empresa, no montante de R\$13.855, perfazendo o total do Capital social de R\$54.904.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

c. Distribuição de lucros

A Administração deliberou pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios previstos em contrato social referente ao exercício de 2021. Foi deliberado em 31 de dezembro de 2021 distribuição de dividendos em R\$37.418 referente aos lucros do exercício findo em 2020.

d. Reserva de ágio

A reserva de ágio no valor de R\$4.491 foi constituída pelo reconhecimento do benefício fiscal anteriormente pertencente a Revita Engenharia S.A. e incorporado pela CRVR em 30 de setembro de 2013.

24 Receita operacional, líquida

É composta como segue:

	2021	2020
Cientes públicos	153.828	136.310
Cientes privados	42.809	46.950
Biogás	1.402	-
Créditos de carbono	3.456	-
Total receita de serviços (a)	201.495	183.260
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(8.549)	(5.121)
PIS	(3.245)	(2.982)
COFINS	(14.944)	(13.828)
ICMS	(168)	-
Total de deduções sobre vendas	(26.906)	(21.931)
Receita operacional líquida	174.588	161.329

- (a) As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.a:

Destinação de resíduos – 100%;

25 Custos dos serviços prestados

	2021	2020
Salários e encargos	(18.844)	(14.350)
Aluguel de equipamentos	(19.874)	(20.185)
Depreciações	(12.044)	(12.759)
Materiais aplicados nos serviços	(16.789)	(14.650)
Serviços de terceiros (a)	(45.540)	(32.981)
Créditos fiscais (b)	8.128	7.008
Provisões de fechamento e pós fechamento	(9.010)	(5.971)
Outros custos de produção	(3.527)	(3.456)
	(117.500)	(97.384)

- (a) Refere-se substancialmente a serviços tomados com transporte de resíduos, tratamento de efluentes e manutenção de instalações operacionais.

- (b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Despesas comerciais

São compostos como segue:

	2021	2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(358)	196
Recuperação de créditos de títulos inadimplentes	-	366
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(20)	(383)
Patrocínios, brindes e doações	(105)	(126)
Propaganda e publicidade	(100)	(59)
Outros	(22)	(14)
	(605)	(20)

27 Despesas administrativas

São compostos como segue:

	2021	2020
Remuneração direta mão de obra	-	120
Tributos, seguros e contribuições	(19)	(21)
Serviços de terceiros (a)	(7.277)	(6.646)
Outros	(13)	(30)
	(7.308)	(6.577)

- (a) Refere-se substancialmente a prestação de serviços administrativos entre partes relacionadas.

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

São compostos como segue:

	2021	2020
Receita de aluguel	205	256
Despesas e provisões contingenciais	(277)	(510)
Patrocínio e doações (a)	(268)	(368)
Resultado venda de imobilizado	(12)	9
PIS/COFINS sobre outras receitas	-	(137)
Outras (despesas) e receitas	(2.855)	(641)
Total	(3.208)	(1.391)

- (a) A Empresa com base no seu compromisso com a sociedade patrocina anualmente projetos e iniciativas que levam desenvolvimento, cultura, arte, educação e lazer para as comunidades e cidades onde atua.

As leis de Incentivo Fiscal garantem o apoio a causas como direitos da criança e do adolescente, direitos da pessoa idosa, cuidados de pessoas com deficiência ou em tratamento oncológico, incentivo à cultura e ao esporte.

Além do Incentivo Fiscal, redução e destinação do IRPJ pago, são projetos que contribuem para os objetivos de desenvolvimento e responsabilidade socioambiental e reafirmam os valores da Empresa.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos Ltda.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Receitas e despesas financeiras, líquidas

São compostos como segue:

	2021	2020
Receitas juros sobre contratos de mútuo	1.615	1.684
Rendimentos sobre aplicações financeiras	300	553
Juros recebidos e descontos obtidos	335	95
Total receitas financeiras	2.250	2.332
Despesas bancárias	(298)	(141)
Variação monetária	(13)	-
Despesas com juros e descontos concedidos	(147)	(813)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(45)	(48)
Despesas com multas e moras financeiras	(126)	(80)
Tributos sobre movimentações financeiras	(188)	(158)
Juros sobre financiamento	(4.434)	(2.239)
Total despesas financeiras	(5.250)	(3.479)
Total	(3.001)	(1.147)

30 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura dos seguros contratados pela Empresa estava composta de danos materiais: R\$26.146 e responsabilidade civil: R\$10.000.

LEOMYR DE CASTRO GIRONDI
Diretor

CARLOS ALBERO VIEIRA
Contador

* * *